



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

BOLETIM SEMANAL

Julgados do Tribunal de Justiça do Ceará

1. 02191601120258060001. Apelação Criminal. Fortaleza. Rel. Des. Lira Ramos de Oliveira. Publicado 01/04/2026.

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, § 4º, LEI Nº. 11.343/06). RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. MÉRITO. 1. **PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS APTAS A SUSTENTAR O DECRETO CONDENATÓRIO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE SUFICIENTEMENTE COMPROVADAS. DEPOIMENTOS FIRMES E COESOS DAS TESTEMUNHAS (SEDE POLICIAL E EM JUÍZO). PRECEDENTES. 2. PLEITO DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONSUMO PESSOAL (ART. 28). INVIABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DA APREENSÃO. FRACIONAMENTO. INDICATIVOS SEGUROS QUANTO À DESTINAÇÃO COMERCIAL DA SUBSTÂNCIA. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

2. 06216709520268060000. Habeas Corpus. Quixadá. Rel. Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava. Publicado 01/04/2026.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, III E IV, C/C ART. 29 DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. 1. PLEITO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. **DECISÃO SUFICIENTEMENTE ALICERÇADA PELOS SEUS PRESSUPOSTOS, FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE IDÔNEA APTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. GRAVIDADE IN CONCRETO DO DELITO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 63 DO TJCE.** 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. SUCEDÂNEO RECURSAL. 3. **CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** 4. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS MENOS GRAVOSAS. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

3. 02215037720258060001. Apelação Criminal. Fortaleza. Rel. Des. Cid Peixoto do Amaral Neto. Publicado 31/03/2026.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. **TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS** (ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, V, DA LEI Nº 11.343/2006) **E POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA** (ART. 16, § 1º, IV, DA LEI Nº 10.826/2003). **ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOLO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS E AGENTES PÚBLICOS. VALIDADE. CAUSA DE AUMENTO DO TRÁFICO INTERESTADUAL MANTIDA. PLEITO DE RECORRER EM LIBERDADE PREJUDICADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DESPROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

4. 06215877920268060000. Habeas Corpus. Fortaleza. Rel. Des. Maria Edna Martins. Publicado 01/04/2026.

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. **ROUBO MAJORADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. MEMORIAIS APRESENTADOS.** INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52 DO TJCE. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

5. 00500268220218060176. Recurso em Sentido Estrito. Ubajara. Rel. Des. Maria Edna Martins. Publicado 01/04/2026.

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. **ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRONÚNCIA FUNDADA EM TESTEMUNHO INDIRETO (HEARSAY). AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA.** IMPOSSIBILIDADE DE SUBMISSÃO AO TRIBUNAL DO JÚRI. IMPRONÚNCIA. REFORMA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. RECURSO PROVIDO.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

6.00738269220158060001. Agravo de Execução Penal. Fortaleza Rel. Des. Maria Edna Martins. Publicado 01/04/2026.

Ementa: DIREITO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. **REGIME SEMIABERTO. PEDIDO DE TRABALHO EXTERNO. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. EXÍGUO LAPSO TEMPORAL NO NOVO REGIME.** NECESSIDADE DE AFERIÇÃO GRADUAL DA DISCIPLINA E RESPONSABILIDADE DO APENADO. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

7. 02001349120258060303. Apelação Criminal. Russas Rel. Des. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves. Publicado 31/03/2026.

Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO SIMPLES. **RECURSO DA DEFESA.** 1. NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL. 2. ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. 3. **PEDIDO PARA RECORRER EM LIBERDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

8. 00056688520198060181. Apelação Criminal. Várzea Alegre. Rel. Des. Maria Edna Martins. Publicado 01/04/2026.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. ABUSO DE CONFIANÇA. **SUBTRAÇÃO DE RELÓGIO EM RESIDÊNCIA.** AUTORIA NÃO COMPROVADA. PROVA TESTEMUNHAL FRÁGIL. AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO SEGURA DO BEM. DÚVIDA RAZOÁVEL QUANTO À PARTICIPAÇÃO DA ACUSADA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

9. 01629712320198060001. Apelação Criminal. Fortaleza. Rel. Des. Ângela Teresa Gôndim Carneiro Chaves. Publicado 31/03/2026.

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. **TRÁFICO DE DROGAS. RECURSO DA DEFESA.** 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR INGRESSO ILEGAL NO DOMICÍLIO. TEORIA DO FRUTO DA ÁRVORE ENVENENADA. 2. PEDIDO ABSOLUTÓRIO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. APLICAÇÃO DO IN DUBIO PRO REO. 3. REDIMENSIONAMENTO DA DOSIMETRIA DA PENA. ART. 42 DA LEI DE DROGAS. NATUREZA E QUANTIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

10. 06223308920268060000. Habeas Corpus. Fortaleza. Rel. Des. Vanja Fontenele Pontes. Publicado 31/03/2026.

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXTORSÃO E ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. **ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE RÉUS.** SÚMULA 15 DO TJCE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52 DO STJ. VERIFICADA NECESSIDADE DE EXPEDIR DETERMINAÇÃO. **TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DE INTERROMPER ATUAÇÃO CRIMINOSA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUCTA.** RISCO À APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SÚMULA 2 DO TJCE. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. EXPEDIDA DE OFÍCIO DETERMINAÇÃO PARA CELERIDADE NO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL.